

ESTUDO SOBRE O ESTATUTO CATEGORIAL DO SINTAGMA PREPOSICIONADO EM ESTRUTURAS COM VERBOS DE MOVIMENTO

Keli Cristiane Eugenio Souto (UnB)
kellisouto@hotmail.com

Pretendemos discutir o estatuto de PPs locativos no Português do Brasil (doravante, PB) a partir da distinção entre a classe de verbos de maneira de movimento, como *correr* e *nadar*, que apresentam em um mesmo lexema traços semânticos como ‘rapidez’ e ‘meio líquido’ e movimento; e verbos de trajetória inerente, como *ir* e *chegar*, que especificam deslocamento no espaço e podem ou não especificar ponto de partida e ponto de chegada, considerando a hipótese da decomposição interna do sintagma preposicional conforme estudos apresentados por Talmy (2000), Ramchand (2005, 2008), Fábregas (2007) dentre outros. Tentaremos analisar os fatos relacionados aos PPs locativos à luz da teoria de Baker (2003), que considera o PP (pré/posposição) uma categoria funcional, postulando que não ocorre como predicado e não possui índice de referencialidade. No entanto não deixaremos de considerar a distinção estabelecida por Chomsky (1986) entre preposições lexicais e funcionais. Apresentaremos a análise de Terzi (2005) sobre as preposições complexas do Grego, na expectativa de identificar traços e/ou configurações que sejam relevantes para explicar o licenciamento dos verbos de trajetória inerente em PB.

Palavras-chave: Sintagma preposicional, verbos de modo de movimento, verbos de trajetória.

Introdução

Dentre os estudos linguísticos que discutem a relação entre a sintaxe e o léxico, destacam-se duas abordagens principais: o Lexicalismo (Halle, 1973 apud Fábregas, 2007) e a Morfologia Distribuída (Halle e Marantz, 1993 apud Fábregas, 2007). A primeira abordagem defende a existência de regras de formação de palavras aplicadas aos constituintes morfológicos antes que eles sejam projetados na sintaxe. Segundo essa concepção, a sintaxe não tem acesso a todas as informações contidas nos itens lexicais que constituem as palavras. Essa relação é restringida por princípios como o da “Hipótese da Integridade Lexical” (LAPOINTE, 1979 apud FÁBREGAS, 2007).

A Morfologia Distribuída (DM), por sua vez, desautoriza uma relação direta entre sintaxe e léxico, alegando que este é pós-sintático, apenas interpretativo, o que o impossibilitaria de gerar novas operações. Advogam, contudo, a favor de um conjunto de operações não-gerativas que, além de tomar a configuração sintática como *input* e fornecer um objeto que é interpretado pela inserção lexical como *output*, são capazes de apagar traços sintáticos antes de *spell-out*.

Fábregas (2007) defende que léxico e sintaxe são diretamente relacionados sem o intermédio de regras que modifiquem a forma de uma em detrimento da legibilidade da outra. O referido estudo busca investigar como ocorre o processo de lexicalização e quais são os princípios que melhor descrevem as escolhas dos itens lexicais por determinadas estruturas sintáticas, questões consideradas irrelevantes para abordagens neo-construcionistas, como a de Borer (2005), por acreditarem na possibilidade de inserção da maioria dos itens lexicais em qualquer configuração sintática. Fábregas argumenta que aspectos relevantes acerca do significado das palavras são codificados na sintaxe. Ou seja, a impossibilidade de lexicalização de certo item lexical em

determinada estrutura sintática, acarretando a agramaticalidade da estrutura, justifica-se por esta não ser a correta.

Nessa perspectiva, a relação entre verbos de movimento específico (*Manner of motion verbs*) com complementos direcionais é analisada a partir da relação entre traços sintáticos e as partes que os lexicalizam. Conforme o princípio da lexicalização exaustiva, “todo traço sintático precisa ser lexicalizado por um item lexical, mesmo que esse item seja fonologicamente nulo” (FABREGAS, op. cit.). A origem da agramaticalidade, de acordo com esse princípio, está no fato de a estrutura conter um ou mais traços sem lexicalização. O autor estabelece uma divisão dos *manner of motion verbs* em duas classes: a dos verbos que, além da projeção verbal, lexicalizam PathP, e os verbos que não incluem esse componente em sua configuração.

Em consonância com Talmy (2000), os verbos de maneira de movimento são aqueles que, realizam por meio de confluência os traços semânticos *motion* (movimento) e *manner* (modo) em um único lexema, como *nadar*, *correr*, *andar*, que realizam o movimento em meio líquido, com e sem rapidez, respectivamente. Os verbos de trajetória, por outro lado, utilizam-se da confluência para reunir no mesmo lexema noções de movimento e trajetória, podendo especificar não só o deslocamento no espaço, como também o início e/ou término da trajetória, como *ir*, *vir*, *chegar*.

Em seu estudo, Talmy (op.cit.) identifica e classifica noções semânticas relevantes para a estruturação das línguas naturais através da análise das expressões de deslocamento, tais como *motion* (movimento), *manner* (modo), *path* (trajetória), *figure* (figura), *ground* (fundo) e *cause* (causa) em sua associação com verbos, adjuntos e orações subordinadas. Para esse autor, a estrutura de uma língua natural seria definida pela relação direta entre esses elementos semânticos e os elementos de superfície que os realizam, conforme as especificidades de cada língua.

Seguindo a Hipótese da Interface Aspectual de Tenny (1992), assumimos que a interpretação aspectual dos verbos resulta da interação do predicado com os argumentos, os quais assumem papéis distintos, com implicações para a manifestação de diferentes classes aspectuais: o ‘originador’ do evento (*originator*); o ‘medidor’ do evento (*measurer*); e a ‘trajetória’ (*path*). Este último passível de entrar em composição com o argumento definido como ‘ponto final’ (*end point*), os quais são assumidos em estudos subsequentes, como Borer (1994) e Arad (1996).

1 A relação entre o PP locativo e os verbos de trajetória inerente no PB:

Este estudo, em particular, parte da hipótese de que, em construções canônicas, verbos de movimento que explicitam trajetória, como *ir* e *chegar*, no PB, subcategorizam dois argumentos, sendo um deles de natureza locativa. O exame dos dados do PB relacionados ao verbo *ir*, em Souto (2004), indicou que a estrutura argumental desse verbo apresenta dois argumentos: um que sofre o deslocamento e uma localização. Silva e Farias (2011) também entendem que verbos do tipo *ir* e *chegar*, classificados como inacusativos, compreendem em sua estrutura argumental um PP complemento, conforme operações lexicais que operam na estrutura temática nos contextos específicos (cf. Reinhart, 2000 *apud* Silva & Farias, 2011).

- (1) João foi *(ao clube).
- (2) O João chegou (a/em Lisboa).
- (3) O João saiu (de casa).

A impossibilidade de eliminar a expressão locativa não se aplica a todos os verbos de trajetória. Ao contrário, a maioria deles permite omissão, como vemos nos exemplos acima. Com o verbo *ir*, no entanto, a construção só é licenciada nos casos em que existe um conhecimento linguístico compartilhado entre os interlocutores, conforme:

(4) Tem dias que ela não vai [AO LUGAR CONHECIDO] porque tá muito cansada.

Seguindo o entendimento de Fábregas (op. cit.), preposições locativas lexicalizam papéis aspectuais de lugar (*place*) e de trajetória (*path*). Verbos de direção, como *ir* e *vir* saturam os papéis aspectuais de origem, trajetória e término (*end point*) projetando um PP. Em PB, *ir* seleciona PP com locativo-alvo ou locativo-trajetória. Caso esse traço não seja lexicalizado nem pelo verbo nem pela preposição, o resultado é uma sentença agramatical.

(5) *O João vai.

Em (5), a interpretação é a de que o deslocamento ocorre de forma satisfatória. A expressão adverbial não indica o lugar específico para onde se dá o movimento, apenas denota o modo de desenvolvimento do evento e o lugar da trajetória em que ele ocorre. É, portanto, uma expressão de natureza argumental associada à função aspectual ‘trajetória’ (*path*). Nesse sentido, a expressão “(bem) na estrada de terra” remete ao processo associado à noção de movimento que está representada lexicalmente no verbo *ir* e nos demais verbos de trajetória inerente.

(6) ‘O carro vai bem na estrada de terra.

Em PB, **A** é uma preposição direcional (PathP) que normalmente combina com os verbos de movimento direcional. Observa-se, no atual estágio da língua, que **A** compete com **PARA**, também direcional, e com **EM**, preposição locativa (PlaceP), selecionados por verbos estativos e direcionais. Há, no entanto, diferenças semânticas, como no espanhol, conforme o uso de uma preposição direcional (**A/PARA**) ou locativa (**EM**). Este último tipo de preposição é usado para denotar que houve o alcance de determinado ponto da localização, mais interna a um determinado local; as direcionais expressam o desencadeamento de um deslocamento em direção a um alvo, o que não significa que esse alvo tenha, necessariamente, sido alcançado.

(7) João foi no/ao/para o Banco do Brasil.

Para Fábregas (op. cit.), a trajetória introduzida por verbos como *ir/vir* consiste minimamente em dois pontos traduzidos como AQUI/NÃO-AQUI. *Ir*, em particular, denota a passagem que vai de AQUI a NÃO-AQUI, diferentemente de verbos como *chegar*, que selecionam Place P (sem Path):

(8) Maria chegou em Brasília.

O exemplo acima demonstra que a estrutura é licenciada por elementos gramaticais presentes na própria flexão do verbo, preservando a noção de que um caminho foi percorrido, pela marcação do tempo e do aspecto conclusivo e, também, por

propriedades inerentes à preposição *Place*. Note-se que o mesmo não ocorre em sentenças como ‘*O João vai’ ou ‘*O João irá’, cuja noção de tempo inconcluso aponta para a necessidade de um locativo introduzido por uma preposição (*path*) que defina o ponto final da trajetória.

2 Especificidades sobre a categoria preposicional no PB

Dada a importância da preposição para a realização de alguns constituintes, é relevante analisar o seu estatuto na estrutura argumental. Partindo da tradição gramatical do PB, Cunha & Cintra (1985) apresentam uma interessante discussão sobre a natureza das preposições, classificando-as como palavras invariáveis e relacionais, capazes de garantir que o sentido de um antecedente seja explicado ou completado por um conseqüente. Além disso, afirmam que a relação estabelecida entre as palavras por intermédio de uma preposição pode exprimir noção de movimento ou situação (não-movimento) conforme (1):

- (1) a. Vou a Roma.
- b. Chegaram a tempo.

O movimento e/ou situação expressos pela preposição podem ter como referência o tempo, o espaço ou a noção, como mostram os exemplos em (2):

- (2) a. Trabalho todos os dias de 8 da manhã **às** 8 da noite.
- b. Todos saíram **de** casa.
- c. O bebê chorava **de** dor.

Os autores observam que quando preposições relacionam elementos com ideia de movimento é necessário considerar a existência de um ponto de referência do qual o movimento será de aproximação ou de afastamento, como mostram os exemplos em (3) e (4):

- (3) Vou a Roma.
- (4) Volto de Roma.

Outro ponto interessante observado no trabalho de Cunha & Cintra (op. cit.) é o fato de as relações expressas pelas preposições poderem ser fixas, necessárias ou livres. Fixas quando a preposição fizer parte de uma expressão cristalizada, conseqüentemente, vazia de significação como em (5):

- (5) “Eu hei de vencer.”

Necessárias, quando estabelecerem ligação entre um termo principal e outro sintaticamente necessário a ele. Nesse tipo de emprego, segundo os autores, o valor relacional da preposição supera seu valor significativo, como em (6):

- (6) “Fui a Cambridge.”

Sugerem, pois, uma revisão no que se refere à classificação de certos advérbios e locuções adverbiais como elementos meramente acessórios para a gramática

tradicional, visto que é evidente a relação necessária entre um verbo e um termo adverbial, como em (6), estabelecida pela preposição.

- (7) a. [VP destruir [o brinquedo]]
b. [PP com [os seus filhos]]
c. * a [NP destruição [o brinquedo]]
d. * [AP orgulhoso [os seus filhos]]¹
- (8) a. A [NP destruição [de [o brinquedo]]]
b. [AP orgulhoso [de [os seus filhos]]]

Comparando (7 a-b) com (7 c-d), verifica-se que a agramaticalidade de (7 c-d) não é decorrente da subcategorização ou da atribuição de papel θ , visto que ambas as propriedades foram satisfeitas pelas categorias N e A. Com a inserção da preposição *de*, as construções tornam-se gramaticais, conforme (8). A justificativa para a questão levantada será apresentada na próxima seção, adotando os postulados de Chomsky (1986).

3 Preposições lexicais e funcionais

A discussão dos exemplos em (8), na seção anterior, mostra que a preposição desempenha nessas estruturas uma função estritamente gramatical, já que não seleciona semanticamente argumentos, sendo responsável apenas pela atribuição de Caso ao NP, denominado Caso estrutural, ou seja, que não está relacionado com a questão da atribuição de papel θ , trata-se, portanto, de uma preposição de natureza funcional. Há situações em que a preposição é responsável pela seleção argumental, atribuição de papel temático e Caso (oblíquo) ao DP. Além disso, apresentam autonomia semântica, permitindo, inclusive, a omissão do termo conseqüente em alguns contextos, como em “trabalha *com* ou *sem* uniforme?”, “Com/Sem”. Nesses contextos, a preposição é denominada lexical, como as categorias N e A nos exemplos (7 c-d da seção anterior) que, além de selecionarem argumento, são inseridas entre as categorias que atribuem Caso inerente por ser associado à atribuição de papel temático. Preposições podem, também, se combinar com outro núcleo lexical para atribuir Caso e selecionar o argumento, como em: Concordo *(com) você (CHOMSKY, 1986; SALLES, 1992). Essa distinção tem suscitado discussões acerca da natureza categorial das preposições a partir de estudos translinguísticos, posto que o comportamento semântico e sintático dessa classe pode variar bastante de língua para língua. Na seção seguinte, apresentamos uma breve exposição da análise realizada por Baker (2003) sobre o estatuto categorial das adposições.

4 A preposição e sua constituição interna

A decomposição interna da preposição em núcleos distintos tem sido discutida por vários autores Koopman, 2000; Den Dikken e Svenonius *apud* Fábregas, 2007). Todas as propostas, no entanto, são favoráveis à ideia de que o significado locativo da

¹ Exemplos adaptados de Raposo (1992: 364).

preposição é conduzido pela sintaxe, ocasionando a projeção de dois núcleos: PlaceP (locativo) e PathP (direcional).

Estruturalmente, observa-se que as preposições locativas são morfologicamente mais simples que as direcionais, posto que estas denotam um ponto dentro de uma trajetória e aquelas, apenas localização. As preposições locativas (PlaceP) combinam com verbos estativos e direcionais, neste caso, possibilitando mais de uma leitura. As preposições PathP, por outro lado, não combinam com verbos estativos.

Configuracionalmente, Ramchand (2008) propõe a decomposição do vP em três projeções sintáticas, cada uma associada a um subevento específico – Initiation Phrase (InitP), Process Phrase (ProcP) e Result Phrase (ResP) – cada uma introduzindo um argumento diferente em seu especificador e em seu complemento. Trata-se de um sistema fortemente configuracional, ou seja, aspectos sistemáticos do significado dos itens lexicais são representados sintaticamente na estrutura, conseqüentemente, segundo essa proposta, a posição sintática que o constituinte ocupa influencia no seu significado.

Assumindo a decomposição de Ramchand, Fábregas (op. cit.) mostra que ProcP e PathP são compatíveis, conforme se verifica em contextos de alguns verbos que selecionam complemento direcional, como *ir*, *vir*, *chegar*. Curiosamente essa constatação vai ao encontro do resultado de um estudo realizado por Kopecka (2009 apud Silva e Farias, 2011), o qual indica que, no francês, 37% dos enunciados formados com base em [V_{maneira} + Prep_{loc}] exprimem mudança de lugar. O PB, sendo como o francês de raiz romana, também permite, segundo Silva e Farias (2011) a leitura de mudança de lugar em construções [V_{maneira} + Prep_{loc}].

5 O estatuto categorial da preposição segundo Baker

A distribuição das preposições nas línguas particulares não é fixa. Pode aparecer antes ou depois do termo regente. Daí a denominação *adposições* (pré/posposições, doravante, P). Baker (2003) defende a hipótese de que P é categoria funcional e que não existe P lexical, o que a aproxima de determinantes, pronomes, Pred, complementadores/conjunções e não dos nomes, adjetivos e verbos. A mesma linha de raciocínio é apresentada por autores como Grimshaw (1991 apud Baker, 2003), para quem P é uma categoria funcional na projeção estendida do Nome; Emonds (1985 apud Baker, 2003), que considera P e C a mesma categoria funcional e Bittner & Hale (1996 apud Baker), que advogam a favor de que adposições são semelhantes a categorias marcadoras de caso (P = K). Esse entendimento vai de encontro à posição de Jackendoff (1977: 31-33), segundo a qual adposições são categorias lexicais, conforme o sistema [+/-N] e [+/-V]. P se define, então, como [-N, -V], ao lado de V [-N, +V], N [-V, +N] e A [+N, +V].

Para fundamentar sua hipótese, Baker (op. cit) apresenta várias evidências, dentre elas está o fato de que P é uma classe fechada nas línguas e que não participa de processos morfológicos derivacionais, assim como categorias como tempo e determinantes, embora o PB apresente construção do tipo *traseira*, *dianteira*, *contrário* derivadas das preposições *trás*, *diante* e *contra*, respectivamente.

Outra característica importante é, segundo Baker, que P não participa de processos de incorporação. Vale ressaltar que, em PB, Salles (1997) argumenta que a contração entre P e artigo/pronome é uma operação sintática de movimento de núcleo: do(s), da(s), dele(s), daquele(s) - [PP P_{de} [DP D_a [NP casa]], portanto, um mecanismo de incorporação.

Baker (op. cit.), contudo, defende que a distribuição de PP é semelhante à de AP no que diz respeito ao critério referencialidade: [- índice referencial]; [- especificador]. Para ele, PPs são adjuntos, diferentemente de NP, uma categoria inerentemente argumental. Prova disso é o fato de o NP não poder ser adjungido a uma oração sem que se ligue a alguma lacuna ou pronome dentro da oração. Estando regidos por um elemento adposicional, os NPs podem ser adjungidos sem restrição, conforme: *John cooked the yam *(in) the kitchen/ *(for) Mary/ *(with) oil/ *(on) Monday/ *(for) money.*

Outro aspecto importante ressaltado por Baker é que os PPs não têm índice referencial, embora P apresente um papel-theta, coindexado com o NP na posição de complemento. A hipótese do autor é que o índice de referencialidade esteja contido no NP na forma de um N abstrato em 'there', o que justificaria a possibilidade de alguns PPs identificarem categorias vazias na posição de sujeito e de objeto.

Interessantemente, os PPs são comparados por Baker aos advérbios, podendo expressar noções como: resultativos: *I cut the bread thin/ into slices;* modificadores atributivos: *a letter to/for Mary; a long letter* e gradação: *John is as crazy as Mary/ John is as out to lunch (= crazy) as Mary is.*

Portanto, para Baker, os PPs não são intrinsecamente predicados como os verbos, uma vez que não licenciam especificadores. Ao invés disso, os PPs são licenciados por Pred ou algum tipo de verbo cópula que o licencie. Chierchia (1985 *apud* Baker, 2003) acredita que os PPs contêm uma denotação que não pode ser mapeada diretamente em uma função preposicional, dessa forma, apenas um verbo verdadeiro (verbo postural/ locativo) poderia marcar tematicamente o sujeito e PP estaria adjungido ao VP.

Embora afirme que PPs não são argumentos, mas modificadores adjungidos ao predicado, Baker (op. cit) admite a existência de PPs obrigatórios e opcionais, apesar de ambos poderem ser modificados por advérbio (*Chris put the book carefully in the box/ Chris cooked the meat slowly in the kitchen*); ambos poderem ser extraídos de ilha (*Which box did Chris put the book in?/ Which store did Chris buy the book in?*) e ambos poderem ser carregados em frenteamento de VP.

A diferença sintática entre os PPs é que alguns se adjungem a posições altas na oração, outros a posições baixas, dentro do VP (resultativos), ou dentro do vP (locativos puros). Dessa forma, a distinção entre PP complemento e PP adjunto desaparece, em virtude de PPs 'complementos' apresentarem uma mistura de propriedades de argumento e de adjunto. Baker (op. cit.) cita, também, a possibilidade de, em predicados com dois argumentos, cada um poder alternar o estatuto de NP e PP, mas não poderem ambos ser PP, conforme: "*I supplied medicine to the refugees*", "*I supplied the refugees with medicine*" e "**I supplied to the refugees with medicine*".

No PB, verbos de dois lugares como *informar* permitem a alternância citada sem alterar o significado da sentença, como ilustram: "*Informe-me a aluna sobre a antecipação da prova*", "*Informe-me a nova data da prova aos alunos*", "**Informe-me aos alunos sobre a antecipação da prova*". Há, contudo, uma influência muito significativa da preposição na semântica dos verbos, em especial, daqueles que, de acordo com a tradição gramatical, apresentam uma variação de regência como em: "*Maria aspirou o tapete da sala*" e "*Maria aspira a uma promoção na empresa onde trabalha*". Esses dois exemplos mostram que a aceção do verbo *aspirar* muda, conforme o uso ou não da preposição. Sem o conectivo, o verbo significa *sorver*; com, significa *desejar, almejar*.

Essa propriedade tem sido contemplada por muitos estudos nas línguas naturais. Este, porém, apresenta um interesse especial pelas preposições que licenciam os verbos de movimento denotadores de trajetória, conforme discutiremos adiante. Analisar a constituição interna dessa categoria pode contribuir para a descrição dessa classe de verbos, bem como sua estrutura argumental. Isso justifica as duas próximas seções.

6 Os complexos preposicionais: uma análise para o grego

Há, no Grego, duas estruturas conhecidas como preposições complexas, em que uma preposição locativa, também denominada adverbial ou substantiva, é seguida pelas preposições locativas (leves) SE e/ou APO. Na primeira, a preposição locativa (temporal/modal) é obrigatoriamente seguida pelas preposições SE e/ou APO e por um DP com Caso acusativo.

A - LOCATIVE P + LIGHT P(SE/APO) +DP –acc

Kathisa piso apo ti Maria
Sat-1s behind apo the Mary-acc
'I sat behind Mary'

Epesa epano sto Yianni
Fell-1s on se-the John-acc
'I fell on John'

A preposição leve (SE/APO) é obrigatória:

*Kathisa piso ti Maria /tis Maria
Sat-1s behind the Mary-acc/the Mary-gen
'I sat behind Mary'

Na ausência da preposição leve, a gramaticalidade da estrutura é recuperada pela substituição do DP pleno pelo clítico correspondente, provido de Caso genitivo, gerando uma segunda estrutura.

B - LOCATIVE P + CLITIC – gen

Kathisa piso tis
Sat-1s behind she-cl-gen
'I sat behind her'

Terzi (2005) trabalha com as seguintes hipóteses: i) A Estrutura A deriva da B por meio de uma inversão de predicado, resultando na lexicalização de uma Preposição leve ; ii) A Estrutura B deriva de A, em virtude da omissão da preposição leve.

Terzi (op. cit) defende que preposições locativas, como EPANO, modificam uma categoria nominal vazia que é complemento de um DP cujo determinante também é nulo e que ambos participam de uma espécie de estrutura nominal possessiva (small clause). Nesse caso, o clítico é movido para a posição entre o modificador (locativo) e a categoria vazia, como ocorre com os clíticos possessivos pós-adjetivais no domínio nominal (cf. Alexiadou & Stavrou, 2000).

[PPLoc [PLoc 0 [SC[DP \emptyset [NP epano PLACE]][PP \emptyset [DP tou]]]]]

O referido estudo observou que os elementos locativos e os nomes modificados por adjetivos partilham certas propriedades, tais como: o Caso genitivo, a possibilidade de serem seguidos de clítico, mas não de DP pleno e o fato de submeterem-se a restrições de animacidade.

To kenourio tou /*tou Nikou aftokinito
 The new his-gen-cl/the Nick-gen car
 'His/Nick's new car.'

Epano tou /*tou Nikou Place
 On he-cl-gen/the Nick-gen
 'On him/Nick.'

O trelos odigos tou
 The crazy driver his
 'His crazy driver'

A categoria vazia postulada anteriormente, segundo Terzi, lembra a modificada pelos demonstrativos “here” e “there” do inglês, conforme postulado por Kayne (2004). Dados do grego mostram, no entanto, que as preposições locativas podem modificar um constituinte pleno, o que no inglês seria agramatical. Conclui-se, então, que locativos “here” e “there” do inglês e seus equivalentes gregos “edo” e “eki” não são modificadores de uma categoria nominal vazia.

Afto edo to meros /Ekino eki to meros
 this here the place that there the place
 his here place 'That there place'

To kato meros / To brosta meros
 the under place the in front place

O equivalente em inglês é agramatical:
 *This /the under place / *This/the in front place.

Outra evidência de que a lexicalização do conectivo (preposição leve) é derivada da inversão sujeito-predicado é proposta por Dikken (1995). Esse autor argumenta que construções possessivas também envolvem *small clause*, sendo o possuído caracterizado como sujeito do predicado cujo núcleo é uma preposição dativa ou seu alomorfe nulo.

[PPLoc[PLoc 0 [SC[DPØ[NP epano PLACE]][PP apo/se[DP to Yianni]]]]
 on apo/se the John

I consider [_{SC}[_{DP}John][_{DP} my best friend]]

I consider my best friend to be John.

No chinês, a lexicalização do conectivo DE também resulta da inversão do núcleo dativo nulo com seu sujeito.

Wo de shu
I DE book
'my book.'

Considerando-se as evidências, a possibilidade de a estrutura A derivar da estrutura B via inversão de predicado foi levantada, mas os dados do grego mostram que algumas preposições complexas podem ser construídas com *se* ou *apo* (podendo, nesse caso, haver alteração semântica), outras só admitem *apo*.

As modificadas por *apo* admitem modificadores de direção, fonte, distância, como “20 cm”, por exemplo, mas não aceitam a substituição do DP objeto por um clítico equivalente, como ocorre com as modificadas por *se*. Curiosamente, as preposições complexas que só admitem *apo* também podem ser seguidas por um clítico. Observa-se que *apo*, quando segue locativos, como *epano*, é especificada pelo traço [distância], ao passo que quando segue locativos como *piso*, não são especificadas por nenhum traço. Por esse motivo, nesse último caso, a omissão de *apo* resultaria na violação da condição de interpretação plena (Chomsky, 1986, 1995, 2000). Quando *apo* contém um conteúdo semântico específico, é indispensável, não havendo a opção de substituição do DP pelo clítico.

A análise de Terzi (op.cit.) conclui, então, que a estrutura A, com a preposição leve, é a estrutura básica. Quando *se/apo* são desprovidas de conteúdo semântico, são omitidas, possibilitando a ocorrência da estrutura B. Contudo *apo*, quando carrega um conteúdo específico, não pode ser omitido, não possibilitando a ocorrência da estrutura B.

Desconhecemos a existência de trabalho sobre o PB que analisem a preposição como um complexo, mas talvez seja possível analisar os casos em que a estrutura argumental dos verbos de trajetória inerente é licenciada sem um locativo fonologicamente realizado, partindo da hipótese de que a preposição formaria um “complexo” com traços semânticos específicos, mantendo com estes uma espécie de distribuição complementar, tendo em vista que aparentemente a ocorrência de determinados lexemas e/ou morfemas exclui a obrigatoriedade do locativo preposicionado.

7 Considerações finais:

A descrição da classe das preposições associada a uma breve análise de alguns verbos de movimento, especificamente os de trajetória inerente, contribuiu para reforçar a hipótese de que a preposição (*place/path*) que introduz o locativo é parte essencial no licenciamento das referidas estruturas sintáticas. Identificou-se que a indicação da trajetória do movimento e o local para onde se dá a trajetória são traços compatíveis no PB e podem aparecer no mesmo lexema a fim de atender a certas especificidades dos predicados, corroborando o entendimento de alguns dos estudos apresentados aqui, dentre eles, o de Ramchand (2008). No momento, parece interessante analisar as preposições locativas do PB com o olhar de Baker (2003), dada a consistência das evidências apresentadas por esse autor de que estamos lidando com uma categoria funcional, já que o próprio Baker reconhece a existência de PPs opcionais e obrigatórios, tendo em vista um “misto” de propriedades (não)argumentais envolvidas na constituição dos sintagmas em questão.

Nosso próximo empreendimento é entender melhor como relacionar as informações acerca do funcionamento dos complexos preposicionais do grego com os locativos do português, tendo em vista que este é um estudo preliminar e não teve a

pretensão de apontar soluções, mas apenas provocar reflexão e levantar novos questionamentos.

Referências Bibliográficas

- ARAD, Maya. A minimalist view of the syntax-lexical interface. In. *UCL Working Papers in Linguistics*, nº. 8, 1996.
- BAKER, M. *Lexical categories: verbs, nouns and adjectives*. Cambridge, CUP, 2003.
- BORER, Hagit. The Projection of arguments. In: E. Benedicto and J. Runner (eds.), *University of Massachusetts Occasional Papers in Linguistics*, V. 17, 1994.
- CHOMSKY, Noan. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris. 1981.
- _____. *Knowledge of Language. Its Nature, origin and Use*. EUA: 1986
- CUNHA, Celso F. da & Cintra, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- FÁBREGAS, Antonio. *An Exhaustive Lexicalisation Account for Directional Complementes*. 2007.
- RAMCHAND, G. C. *Verb meaning and the lexicon: a first phase syntax*. New York: Cambridge University Press, 2008.
- SALLES, H. M-L. *Prepositions and the syntax of complementation*. PhD Dissertation. University of Wales, 1997.
- SILVA, C. R. T & FARIAS, J. G de. O fenômeno da Inacusatividade no Português: por uma análise léxico-sintática dos verbos do tipo ir e chegar. In *Veredas on line* disponível em <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2011/05/ARTIGO-110.pdf> acesso em 24/02/2012.
- SOUTO, K. C.E. *Aspectos sintáticos e semânticos do verbo ir de movimento no Português do Brasil*. Brasília, UnB, 2004.
- TALMY, L. *Toward a Cognitive Semantics*, vol. 1 e 2. Cambridge MA: MIT Press, 2000.
- TENNY, Carol. The aspectual interface hypothesis. In: SAG, I & A, Szabolcsi, *Lexical matters*. Stanford, Calif: Center for the Study of Language and Information, 1992.
- TERZI, A. Locative prepositions, predicate inversion and full interpretation. *Paper from the 17 international symposium on theoretical and applied linguistics*, University of Thessaloniki, 2005.